Direito Ambiental: Necrochorume.

Autor(res)

Felipe De Almeida Campos
Jaindra Auxiliadora Soares Brumano
Ivone Alves De Sousa Santos
Thainara Mirela Sena
Stace Liz Carneiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE PITÁGORAS DE VENDA NOVA

Introdução

O necrochorume, resultado da decomposição de matéria orgânica proveniente de cadáveres humanos ou animais, é um dos desafios ambientais contemporâneos que exigem atenção e ação imediata. Este líquido altamente contaminante, composto por uma complexa mistura de substâncias químicas, representa uma séria ameaça aos ecossistemas aquáticos e terrestres, bem como à saúde pública.
No contexto do Direito Ambiental, o tratamento do necrochorume assume uma relevância crítica, pois envolve não apenas a proteção dos recursos naturais, mas também o respeito aos direitos humanos e a dignidade dos falecidos. A complexidade legal e regulatória relacionada ao manejo adequado do necrochorume requer uma abordagem holística que considere aspectos ambientais, sanitários, sociais e éticos. Compreender a natureza e os efeitos do necrochorume contribui para avanços na ciência forense, na medicina legal e também nos confronta com a realidade inexorável da morte e da transitoriedade da existência humana.

Objetivo

Investigar como o necrochorume é tratado pela legislação ambiental.
Avaliar os potenciais impactos ambientais do necrochorume, incluindo a contaminação do solo, da água subterrânea e superficial, além dos riscos para a biodiversidade local.
Investigar alternativas sustentáveis para o tratamento e a disposição do necrochorume, como as tecnologias de bioconversão.

Material e Métodos

O estudo dos impactos ambientais do necrochorume requer a aplicação de métodos e procedimentos adequados para coleta de dados, análise laboratorial e interpretação dos resultados.
A coleta de amostras de necrochorume deve ser realizada de forma sistemática em diferentes locais, incluindo cemitérios, áreas de sepultamento e locais de disposição de resíduos humanos. Recipientes estéreis e adequados para transporte de material biológico devem ser utilizados para garantir a integridade das amostras. A coleta deve seguir protocolos de biossegurança para evitar contaminação e garantir a representatividade dos dados. A

aplicação dos métodos e procedimentos descritos neste estudo permitirá uma avaliação abrangente dos impactos ambientais do necrochorume. Os resultados obtidos contribuirão para o desenvolvimento de estratégias eficazes de gestão e controle do necrochorume, visando proteger o meio ambiente e a saúde pública. A pesquisa é de caráter bibliográfico a partir da análise de dados.

Resultados e Discussão

Segundo a legislação ambiental brasileira, o necrochorume é considerado um resíduo perigoso. De acordo com a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), é dever do poder público e da sociedade garantir a gestão adequada dos resíduos, incluindo aqueles provenientes da decomposição humana.
Os impactos ambientais do necrochorume são significativos e variados, incluindo a contaminação do solo e da água, bem como a ameaça à biodiversidade. Estudos realizados por Smith et al. (2018) demonstraram que a presença de necrochorume em cemitérios pode resultar em altos níveis de poluição do solo e águas subterrâneas. O necrochorume também representa uma fonte potencial de poluição da água, especialmente em áreas onde o lençol freático é próximo da superfície. O líquido pode infiltrar-se no solo e atingir os corpos d'água próximos, contaminando rios, lagos e aquíferos subterrâneos, além da absorção por plantas e organismos aquáticos.

Conclusão

Em conclusão, a legislação ambiental brasileira estabelece diretrizes importantes para o manejo e a gestão do necrochorume, visando proteger o meio ambiente e a saúde pública. No entanto, para garantir a eficácia dessas normativas, é necessário superar os desafios na implementação e fiscalização, promovendo uma abordagem integrada e colaborativa entre os diversos atores envolvidos. Somente assim será possível assegurar um ambiente saudável e sustentável para as gerações presentes e futuras.

Referências

Brasil. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Brasil. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005.
SILVA, J. A. Responsabilidade civil ambiental por vazamento de necrochorume em cemitério. Revista de Direito Ambiental, v. 25, n. 100, p. 213-234, 2020.
SMITH, E. et al. Environmental impacts of necrochorume: a case study of groundwater pollution near cemeteries in Brazil. Environmental Pollution, v. 241, p. 326-334, 2018. Acesso em 5 de abril de 2024.
OLIVEIRA, R. G. Gestão ambiental de necrochorume: desafios e perspectivas. Cadernos de Meio Ambiente e Desenvolvimento, v. 14, n. 1, p. 112-125, 2019. Acesso em 8 de abril de 2024.
SANTOS, M. C. Conscientização ambiental sobre necrochorume: uma análise das percepções da população. Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 13, n. 2, p. 45-56, 2018.